



Se não é Verdade, é o que? Agostinho contra a Mentira If it's not true, what it is? Saint Augustine against the Lie

Gabriele Greggersen¹

Resumo: Se é que existe a mentira, qual o seu limite em relação à verdade? Partindo de problemas reais que estava vivendo na época, relacionados a heresias e conflitos religiosos, Santo Agostinho fornece importantes *insights* sobre o assunto em dois textos *Sobre a Mentira* (*De Mendacium*) e *Contra a Mentira* (*Contra Mendacium*). Tudo leva a crer que a sua preocupação com o assunto era recorrente, já que os dois textos são praticamente idênticos. Sem pretensões de definir o que é verdade, o bispo de Hipona aplica o seu método negativo para criar uma “tipologia” de mentiras existente. Evidencia assim um fato bastante esquecido nos dias de hoje: para além da diversidade de espécies de mentira, se algo não é verdadeiro, só pode ser falso.

Abstract: If there are lies, which is their limit in relation to truth? Out of real problems that he was facing at the time, related the religious heresies and conflicts, Saint Augustine supplies insights on the subject in two texts “On Lie” (*De Mendacium*) and “Against Lie” (*Contra Mendacium*). There are good reasons to believe that his concern with the subject was recurrent, since the two texts are practically identical. Without pretensions to define what truth is, the bishop of Hippona applies his negative method to create a tipology of existing kinds of lies. Thus, he evidences a almost completely forgotten fact nowadays: beyond the diversity of species of lie, if something is not true, it only can be false.

Palavras-chave: Mentira, heresia, Verdade, intencionalidade

Keywords: Lie, heresy, Truth, intentionality

Roma: cidade eterna?

¹ Dra. em Filosofia da Educação pela Universidade de São Paulo (USP), pós-doutora do Instituto de Estudos Avançados da USP, docente do Centro Presbiteriano de Pós-Graduação Andrew Jumper e da Universidade Presbiteriana Mackenzie em áreas pertinentes à educação, metodologia, filosofia e ética..

Apesar de nascido na remota cidadezinha da África do Norte, chamada Tagaste, e bispo de outra, não menos longínqua, denominada Hipona, Agostinho era, sem dúvida um homem urbano, preocupado com a verdade e empenhado em contribuir para sanar os embustes do seu tempo. Era particularmente inconformado com os acontecimentos recentes da Roma decadente, agravados desde a invasão dos Visigodos, tais como o ressurgimento dos rituais pagãos, a perseguição e martírio dos cristãos e o estupro de mulheres. Não se sabe em detalhes o que ocorreu naquele ano de 410, mas certamente a invasão envolveu mortes, saques, incêndios e toda a espécie de humilhação da população.

O estudioso Jacques Chabannes (1962, 16) esclarece que uma das razões para a vulnerabilidade da cidade de Roma, que já completa hoje 3.000 anos de existência eram os seguintes males:

- Política fiscal absurda.
- População ociosa, que vivia de proventos gratuitos como profissionais ou não trabalhadores.
- Centralização do poder de caráter totalitário.
- Decréscimo da taxa de natalidade devido ao amor à vida fácil.
- Excesso de burocracia por parte do Estado.
- Luta de classes acirrada e ameaçadora.
- Impossibilidade de crescimento nas exportações.
- Degradação do senso cívico dos cidadãos que já deixaram de mostrar interesse pela coisa pública para ir atrás de seus assuntos pessoais.

A consequência de todos estes problemas é que os romanos já não acreditavam na grandeza de Roma. Entre os habitantes imperava a descrença na cultura e o ceticismo em relação ao futuro. Somam-se a isso a impunidade, hipocrisia cívica e religiosa e a falta de simplicidade em assuntos ligados à cultura, filosofia e religião, repleta de excentrismos simbolismos e misticismos. De uma maneira geral a vida religiosa e cultural do povo não-cristão não passava de pretexto para a volta das práticas, templos e deuses do paganismo.

Lemos na Enciclopédia Britânica, que pagão “vem do inglês medieval e do latim tardio *paganus*”, que quer dizer a ladeia ou o aldeão, o homem da aldeia, que não é soldado, associando-se ainda a *pagus*, que significa a aldeia, o lugar pequeno; ou então, o rústico, o aldeão (SOUSA, 1984). A palavra está relacionada, assim à fixação do homem à terra, daí que muitos deuses pagãos estejam relacionados à produtividade agrária. A partir do 14º século, a palavra passou a significar um seguidor de religião politeísta (como na Roma Antiga) ou “alguém que tem pouca ou nenhuma religião, que se deleita com prazeres

sensuais e bens materiais: uma pessoa irreligiosa e hedonista” (Encyclopædia Britannica).

Diante deste quadro, Agostinho dá mostras de buscar na Bíblia explicações e sugestões para todos estes problemas da cidade; desde o Gênesis, até o Apocalipse. Além dos pressupostos da criação, queda e redenção, ele acabou, assim, sistematizando os preceitos fundamentais do cristianismo de graça, fé, trindade, sabedoria e amor.

Mas foi quando ele se viu a si e seus irmãos cristãos acusados de serem os responsáveis pela ruína do império, por seu repúdio e atijamento da ira dos deuses, ele não pôde silenciar diante de tal calúnia, escrevendo o que muitos consideram uma de suas maiores obras, *A Cidade de Deus* (*De Civitate Dei*). Há quem atribua essa obra ao excessivo otimismo de alguns cristãos, tais como Clemente de Alexandria, com relação à continuidade entre o pensamento grego e o cristão e o efeito da cristianização sobre a civilização romana. Acreditamos que esse otimismo foi um dos fatores que alimentou as suspeitas e acusações dos pagãos, que foram, a nosso ver, o motivo mais imediato para as acusações que vinham sendo feitas contra os cristãos de terem sido culpados pela queda de Roma, dado que atijavam a ira dos deuses com as suas “heresias”. Tais boatos se espalhavam, apesar de os cristãos terem recebido e continuado a receber os refugiados pagãos de braços abertos nas igrejas africanas.

Esses e outros motivos levaram-no a preocupar-se com a questão da mentira, já em *Sobre a Mentira* (*De Mendacio*, 395 – daqui para frente referida como SM. A versão mais usada em textos de caráter científico, é a edição crítica latina: *De mendacio* e *Contra Mendacium*, que se encontram no *Corpus Christianorum Series Latina*, 41). E, mais tarde, em outra obra muito semelhante a essa, intitulada *Contra a Mentira* (*Contra Mendacium*, 420 - daqui para frente referida como CM), no que Agostinho mesmo chama de reedição da obra.

Se considerarmos que Agostinho é freqüentemente citado como inaugurador de diversos campos, como os da Filosofia da História, com *Cidade de Deus* (*De Civitate Dei*); da Psicanálise, com as *Confissões* (*Confessiones*), essas duas obras poderiam até valer-lhe o mérito o de ser inaugurador da “Teologia da Verdade”. Para evitarmos esse equívoco, é preciso deixar claro que Agostinho não se propõe a definir o que *seja* mentira, mas somente o que ela *não é*, numa espécie de *teologia negativa* anti-essencialista.

Em todos os casos, ele um dos primeiros pensadores a se aproximar e sistematizar um tema que passou a ser amplamente discutido entre os teólogos desde então, tornando-se expoente orientador do debate, graças à

sua autoridade e ao poder de sua argumentação. Em *Retratações* (*Retractationes*), obra de maturidade em que ele reavalia todos os seus escritos anteriores, ele expressa a sua insatisfação com SM, considerando-a obscura demais, embora também não ensaiasse nenhuma correção da mesma. Na verdade, ele havia solicitado que ela fosse destruída já na época em que a estava lançando. Mas de alguma forma, ela “sobreviveu”.

Uma das razões para a insistência no tema parece ser a necessidade que Agostinho sentia de reiterar a sua postura de não admissão de nenhum tipo de mentira. Em parte, isso foi provocado pela resposta que Agostinho sentia a necessidade de dar a todos aqueles pensadores que admitiam certo tipo de mentira como sendo legítima. A justificativa que alguns deles davam para tanto era, que havia um determinado tipo de mentira que se fazia “necessária” para evitar um dano maior; ou então, que, no caso, a revelação da verdade não traria benefício algum.

Tratar-se-ia, neste caso, de uma “mentira necessária”, como a chamariam os sucessores de Cassiano. Com essa e outras idéias, ele parecia buscar uma síntese entre o pensamento de Agostinho e Pelágio, que aquele jamais poderia aceitar sem uma resposta devida. Como se sabe, Pelágio rejeitava a idéia de pecado original e advogava que a conduta e salvação do homem dependem, em última instância, da decisão e esforço humanos e não, da graça divina, como defendia Agostinho.

A postura de Agostinho também se enrijeceu de uma obra para a outra, devido ao fato de os cristãos terem desenvolvido o hábito, na época do lançamento da segunda obra, de mentir para “ganhar almas”, o que entraria no que ele considera a pior categoria de mentira, como veremos mais adiante, da charlatanice. A questão está, na realidade, ligada àquela outra, mais ampla, do mal e suas conseqüências. Uma cidade dominada pelo mal caracterizar-se-ia precisamente pela mentira, desconfiança, impostura e engodo. O que acontece quando a maldade começa a ter domínio na *civitas terrena* é o tema de *Cidade de Deus*, a que ele dedicaria pelo menos quatro anos da sua vida, de 413 e 417 d.C., no intermezzo entre SM e CM.

As três obras têm em comum um certo estranhamento que despertam aos ouvidos do leitor moderno e contemporâneo, tão pouco acostumado, ou “desacostumado” a falar na verdade em sentido singular.

A nosso ver, essa luta que o autor travava contra os efeitos degradantes do mal, e da mentira, considerada um dos principais, se não o principal, portador, é fundamental para uma correta leitura de seu posicionamento, aparentemente

ingênuo e tão pouco “dialético” para o pensamento moderno e contemporâneo.

Em seu artigo sobre a leitura que Kierkegaard fez da obra de Agostinho, Gouveia (1999: 31) comenta que o primeiro sentia falta precisamente da dialética no Bispo de Hipona, precisamente, no que se refere à sua noção de verdade. Por outro lado, apesar da sua crítica cada vez mais intensa contra esse autor, Kierkegaard também admitia certos pontos de concordância: “... como Agostinho em *De Civitate Dei*, Kierkegaard vê que o reino de Deus e a cidade humana são dois mundos distintos em um conflito que perdurará por toda a temporalidade”. Logo em seguida, ele aponta novamente para a divergência quanto à possibilidade de redenção da humanidade, que, para Agostinho só acontece por meio da graça e da revelação. Outro ponto em comum entre os dois autores é a noção de interioridade, que fica mais destacada nas suas Confissões (*Confessiones*).

Mas a razão citada por Agostinho em suas *Retratações* (*Retractationes*) para a necessidade que sentiu de escrever CM, mesmo parecendo repetitivo, é a resposta que sentia a necessidade de dar a todo um grupo que vinha desafiando a verdade, os chamados “priscilianos”. Eles defendiam as suas heresias “não apenas pela mentira, mas até pelo perjúrio” (II, 60). Essa seita está muito ligada ao maniqueísmo e ceticismo, influenciado pelas idéias de Orígenes, que via este mundo físico como lugar de purificação de pecados. Ele não existiria, se o homem não tivesse pecado. O corpo é visto como castigo e que mesmo no céu, ele será dotado de alma. A seita também seguia Orígenes ao acreditar que o Satanás e os demônios se salvarão no final e que o fogo do inferno tem prazo para terminar.

Assim, para contrariar as heresias de sua época, tanto em SM quanto em CM, Agostinho parte do pressuposto de que a mentira é um mal em si. A razão imediata que o levou a escrever CM foi o material sobre aquela seita enviado a ele por Consêncio, solicitando que ele se posicionasse a respeito. Este último provavelmente também era autor, e tinha bons conhecimentos de teologia. Os dois únicos acréscimos que Agostinho fará em CM à anterior é o conceito tripartite de moral (causa, fim e intenção), que não seria capaz de justificar a mentira e a concessão ao silêncio ou omissão como não sendo mentira.

Ambas as obras influenciarão grandes pensadores como São Tomás de Aquino. Ninguém antes de Agostinho foi tão categórico na rejeição da mentira. Cassiano foi praticamente o único a objetar contra esta posição.

A obra toda parte da exaltação da verdade, identificada com Deus mesmo. Mentir não é, assim, simplesmente dizer uma inverdade, e, sim, negar o

próprio Deus, o que, como toda a moralidade agostiniana, não pode ser medido por padrões humanos ou temporais, mas supranaturais e absolutos. Assim, a questão da verdade está ligada em Agostinho à eternidade: “A mentira põe a perder a vida eterna; ninguém deve proferir uma mentira em prol da vida temporal de algum homem” (SM, 9).

Em última instância, a mentira não é algo que depende de palavras exteriores, mas, como toda maldade humana, vem do interior, do coração do homem. Eis aí a origem de todos os seus males, tais como a soberba, o egoísmo, a ganância, a inveja, e particularmente, a mentira.

2. E quanto à Mentirinha?

É interessante notar quantas palavras nós temos no português para designar a mentira: burla, aleive, charlatanice, engodo, tapeação, engano, embuste, canalhice, patifaria, logro, conto do vigário ou da carochinha, faz-de-conta, má-fé, vigarice, calúnia, lorota, falsidade, inverdade, ou o que é pior “meia verdade”.

Enquanto em SM, Agostinho parece bastante tolerante quando diz que “Em geral, nunca é correto que homem nenhum minta” (SM, 16), ele será bem mais taxativo em CM, como pretendemos demonstrar. Mais adiante em SM, ele até estabelece uma diferença entre “o mentir e ser um mentiroso” (SM, 18). O mentiroso, diz ele, “prefere agradar as pessoas à [busca da] verdade” (SM, 18). Mas não resta dúvidas quanto à sua idéia de mentiroso: “É mentiroso todo aquele que tem uma coisa na sua mente, mas expressa algo diferente por suas palavras ou por qualquer outro sinal possível” (SM, 3).

Agostinho complementa esta idéia, acrescentando ainda que “ninguém duvida que seja uma mentira, quando uma pessoa alega propositalmente uma falsidade com o propósito de enganar: pois uma alegação falsa defendida com o propósito de enganar é, manifestadamente, uma mentira” (SM, 5).

Com essa sua clássica definição de mentira, Agostinho deixa claro logo de início, não somente o que é, mas também o que não é mentira: dizer algo que se achou verdadeiro, estando “sinceramente enganado”, ou dizer uma verdade que prejudique alguém, por mais grave que seja este prejuízo e por pior que seja o pecado efetivamente cometido contra o outro. Enquanto isso é mentiroso todo aquele que mente para aparentemente atingir um bem. A mentira será sempre corruptora e escravizante, enquanto só a verdade pode libertar: “A verdade é o que liberta do erro, e a falsidade arma todo tipo de engodo, jamais erramos com maior segurança, do que quando amamos demasiadamente a verdade, e rejeitamos excessivamente a falsidade” (SM, 1).

Não é certamente por acaso que Agostinho repete mais de uma vez o dito bíblico de que “a boca que mente escraviza a alma” (SM, 31). De fato, ele defende que o coração tenha uma boca, que pode estar mais ou menos comprometida com a verdade. Agostinho chega a afirmar que “com a boca do coração devemos nos abster de proferir qualquer mentira” (SM, 34), ou melhor, devemos nos abster até mesmo de desejar proferir qualquer mentira. “Pois a castidade da mente consiste em uma boa vontade e amor sincero, que não seja corrupto, a menos que amemos e desejemos o que a Verdade ensina que não deve ser amado e desejado” (SM, 40).

A classificação a seguir, que está organizada por nível decrescente de gravidade (SM, 25), servirá de roteiro para a análise de ambas as obras. As cinco primeiras categorias são proibitivas e devem ser evitadas absolutamente. A sexta e sétima serão evitadas pelos cristãos mais corajosos e honestos. E a última, que se refere à precaução contra um dos males que Agostinho mais repudiava, o abuso sexual, também não se justifica sob hipótese alguma. Mesmo aquela mentira contada com boas intenções será julgada por Deus, portanto, numa perspectiva supratemporal e transcendente.

2.1. O maior mentiroso de todos: o charlatão religioso.

Este tipo de mentira refere-se aqui à doutrina religiosa. Logo no início de CM, Agostinho refere-se a uma das piores mentiras, denunciada já pelo Apóstolo Paulo em sua época “E, se por causa da minha mentira, fica em relevo a verdade de Deus para a sua glória, por que sou eu ainda condenado como pecador? E por que não dizemos, como alguns, caluniosamente, afirmam que o fazemos: Pratiquemos males para que venham bens? A condenação destes é justa” (Rm 3: 7-8). Esta lógica parecia imperar precisamente entre os priscilianos que pensavam: “Se a verdade de Deus vier a abundar pela minha mentira... vamos praticar o mal, para que venha o bem” (CM, 1).

Agostinho também denuncia os fraudulentos injustos que sugerem que haja alguma mentira não apenas perdoável, mas até meritória. No capítulo seguinte, ele menciona todos aqueles que tratam a verdade, como se fosse mentira bem como aqueles que transformam a mentira em um “dogma com o intuito de esconder o que chamam de sua verdade”. Os priscilianos se viam ainda no direito de esconder a verdade, quando lhes aprouvesse, o que normalmente representa um erro não menos grave, do que o de proferir uma mentira diretamente.

Os priscilianos (CM, 8) acreditavam ainda que a alma humana é uma parte de Deus, o que não pode ser verificado nem nas Escrituras e nem na realidade.

Esta idéia reduziria Deus ao nível do ser humano, ou então exaltaria o homem ao nível de Deus: ambas idéias absurdas e contrárias à verdade revelada.

Mesmo aqueles que advogam estes credos por ingenuidade e engano, não deixam de estar abraçando e consentindo com mentiras. Por outro lado, eles não entram nesta categoria de mentirosos, que se limita aos que “ensinam Perjúrias” (CM, 37) e aqueles que acham que podem converter alguém ao cristianismo, contando-lhes mentiras (CM, 41). Agostinho aponta claramente para a incoerência e absurdo próprios, de tais tentativas, cujo maior prejudicado acaba sendo o próprio mentiroso, em quem ninguém mais pode acreditar depois de defender tamanha charlatanice.

Em suma, “Permanece, assim, que nenhum homem bom deve mentir” (SM, 11) “... Eles são assassinos de si mesmos” (SM, 13). Agostinho os compara a lobos disfarçados de ovelhas, soltos entre os filhos de Deus. “Sua perversidade insana está destruída” (CM, 11). Mais adiante comenta Agostinho que alguém poderia até sugerir então que Jesus deveria ter instruído as suas ovelhas a se disfarçarem de lobos, mas o que ele ensinou mesmo foi de eles suportarem a dor da mordida, desfazendo o mal, pela via do bem. O mesmo raciocínio foi por ele utilizado, ao discutir com aqueles políticos, que não queriam admitir a lógica cristã de “oferecer a outra face” (Mt 5, 39). No entender deles, ela só contribuiria para a decadência da cidade de Roma e em nada contribuiria para novas conquistas.

Podemos notar aqui que o raciocínio de Agostinho não é nada dualista, já que não estabelece qualquer tipo de simetria entre bem e mal. Ele se recusa a empregar a mesma estratégia para o bem, que normalmente é usada pelo mal. Isto seria como supor uma “lógica” do mal contraposta à do bem, sendo que na verdade, o mal é ilógico, insano e absurdo.

Se Agostinho chega a ser dialético é tema para ser discutido em outra oportunidade. O fato é que ele sustenta esta sua argumentação, a partir de diversas passagens da Bíblia que convidam a abandonar a mentira e abraçar a verdade. E de fato, este tipo de mentira, referente à doutrina parece ser a mais grave, se considerarmos as imagens bíblicas do mal: anjo disfarçado de luz (2 Cr 11, 14); dragão ou serpente traíçoeira (Gn 3, 1; Ap. 20,2); pai da mentira (Jo 8, 44); etc.

Como antídoto contra este tipo de mentira, Agostinho sugere a metodologia tripartite das Escrituras: o testemunho, o isolamento (que eles não sejam imitados quando manifestam suas mentiras) e o estabelecimento da doutrina religiosa de que não se deve mentir jamais, sob hipótese alguma (CM, 25). Finalmente as próprias Escrituras servem de antídoto e testemunho, já que

nelas, embora possamos encontrar registro de bons e maus atos, não encontramos concessão dada a qualquer espécie de mentira.

2.2. A mentira que prejudica alguém de forma injusta

No segundo nível de mentiras podemos incluir todas aquelas que envolvem atos que caracterizamos mais como “injustiças”, tais como a exploração ou uso de má fé. Podemos incluir aqui o falso testemunho, a calúnia, injúria, o perjúrio, a difamação, etc, mas também a corrupção política, do governante que desvia verbas da educação e da saúde, para benefício próprio e dos seus pares.

2.3. A mentira contada em nosso benefício, mas de mais ninguém.

Trata-se daquela mentirinha de última hora, como quando não se está com vontade de conversar com alguém, mandando a secretária dizer que não se está, ou quando se diz que está tudo bem, quando, na verdade, não está. Aparentemente, não prejudica ninguém, mas permite ao beneficiário tirar uma grande vantagem, que pode representar um delito grave, tais como o plágio, a propaganda enganosa, etc.

2.4. Mentir e enganar, só pelo prazer de mentir, numa “meia-verdade”.

Como vimos acima, este nível limítrofe do intolerável, está muito mais ligado à intenção e ao hábito, do que à verdade propriamente dita. Trata-se daquela pessoa que indica mal um caminho, somente pelo prazer de fazer o outro perder tempo. Ou que esconde a idade somente para impressionar os outros. Este é o caso, por exemplo, das histórias de pescador e de toda forma de “contar vantagem” diante dos outros.

2.5. Mentir para agradar pela fala doce.

Podemos aqui citar vários exemplos da contemporaneidade, desde o elogio descabido ou exagerado, até as promessas de campanha ou a conversa que se tem com o guarda de trânsito ao levar uma multa. Trata-se daquela atitude interesseira, que visa o alcance do favor, através do agrado. É dizer o que o outro quer ouvir. Podemos incluir aqui certo tipo de literatura ou mídia em geral, escrita apenas para prender o leitor e isto, muitas vezes, em detrimento da verdade.

É desnecessário mencionar aqui aquelas “mentirinhas” ditas ao chefe ou que se caracterizam como “politicamente corretas” em determinadas ocasiões.

2.6. A mentira que beneficia em detrimento ou prejuízo de alguém, mas não de forma física.

Acreditamos que esta seja aquela mentira que prejudica o outro psicológica ou economicamente. Embora o prejuízo não seja aparente, ele pode ser profundo e duradouro, como, por exemplo, no caso do “caixa dois” de uma empresa ou da omissão de algum rendimento ao Leão do Imposto de Renda. Trata-se da mentira por conveniência.

É interessante notar aqui a importância que Agostinho dá ao corpo e ao sofrimento físico. Uma das piores mentiras é aquela que prejudica fisicamente, ou seja, que promove a fome, a tortura, a doença. Podemos incluir aqui todo tipo de tortura física, e quem sabe até, a psicológica, já que Agostinho valorizava o mundo psíquico tanto quanto o físico ou até mais.”

2.7. Mentira em benefício próprio, mas que não prejudica ninguém e também não ajuda ninguém.

A pessoa que mente por ignorância ou confusão parece não ter a intenção de mentir. Contudo, Agostinho alerta para a seriedade com que se deve tratar a verdade. Se não se tem certeza sobre algum assunto, não se deve pretender que se tenha. Neste caso, o erro da mentira, soma-se ao não menos grave equívoco da pretensão e falta de consciência da complexidade do real. Trata-se daquela mentira dita por preguiça de pesquisar mais ou mais a fundo a realidade das coisas. Trata-se daquele professor, por exemplo, que “finge que ensina”, provocando a resposta de “fingir que aprende” da parte do aluno.

2.8. Mentira que não prejudica ninguém, e que liberta alguém de prejuízo físico.

Finalmente, este é um daqueles casos comuns da mentira por assim dizer “heróica”, que aparentemente não interfere nos fatos, mas que basta ser observada por um sujeito crítico, para que ocorra o flagrante. Exemplo disso seria o cristão que nega a sua fé para evitar o martírio, ou o pai que esconde as filhas do estuprador. A ética médica e bioética estão repletas de casos deste tipo, como o da eutanásia entre outros.

Não é para menos certamente que nos mitos e contos de fada, pessoas que assim mentem são normalmente castigadas como no caso de Pinóquio, cujo nariz crescia todas as vezes que mentia.

3. Que desculpa pode haver para a mentira?

Apesar dessas distinções, nenhuma mentira, de nenhum nível pode ser desculpada. Por mais bem intencionada que ela possa parecer, ela será sempre um desrespeito contra a dignidade do outro e, em última instância, contra Deus mesmo. Embora Agostinho, até onde pesquisamos, não possua nenhum conceito sistemático de verdade, para ele trata-se de um pressuposto não dito do próprio cristianismo, pois, como se sabe, Cristo mesmo se dizia ser a verdade.

Enquanto a verdade é única e de difícil definição, a mentira assume diversas roupagens, tantas, que permitiram a Agostinho desenvolver a sua “tipologia”. Ainda sim, ela nunca é absolutamente necessária. A pessoa inteligente e sábia saberá como evitá-la. Pois o maior prejudicado, como dizíamos, é o próprio mentiroso, que tem a certeza de que nenhuma mentira se sustenta por muito tempo. E então, ele recairá em desgraça.

Observemos casos limítrofes. Se um político diz no palanque da campanha que o Brasil é uma grande potência, está dizendo uma verdade ou estará mentindo? Nesse caso, estamos diante de uma questão hermenêutica. Trata-se do caso de Abraão, ao apresentar Sara como a sua irmã. Como bem lembra Agostinho, ela era de fato, sua meia-irmã. Tratar-se-ia, então de uma “meia” verdade?

Não há nada que possa ser verdade e mentira ao mesmo tempo. Não se trata de uma visão simplista, pois verdade e mentira andam misturadas na realidade, tanto que Agostinho reconhece níveis diferentes de mentira. Trata-se, antes, de uma perspectiva extremamente realista que procura levar o conceito de verdade às suas últimas conseqüências.

A pessoa que não mente não quer dizer já que seja sem mácula, [por exemplo] quando ela acredita em algo que não deveria acreditar, ou pensa que sabe o que, de fato, não sabe, mesmo que possa ser verdade: pois ele trata algo desconhecido, como se fosse conhecido. Pois o homem que tem algo na sua cabeça e afirma outra coisa com as suas palavras ou sinais de qualquer tipo, está mentindo (SM, 3).

Seria interessante a nosso ver uma aplicação dessa máxima ao caso do professor ou do pesquisador, mas que, a bem da verdade, preferimos deixar para outra ocasião. Outra pesquisa interessante, que podemos apenas sugerir, por enquanto, é o que Agostinho diria aos filósofos que, desde os céticos da sua época, passando por Nietzsche, até os céticos contemporâneos, negam a

própria existência da verdade. É possível que ele diria que, se ela não existisse, ninguém estaria negando e se queixando da sua ausência.

4. Que mentira pode não ser contrária à verdade?

Agostinho é assim, bem explícito ao declarar que “... não há mentira que não seja contrária à verdade” (CM, 4). Os Sicilianos estão enganados, quando acreditam que a boa intenção e a ignorância possam livrá-los de qualquer comprometimento.

Permanece, então, que não hesitamos em condenar com piedade verdadeira o que os sicilianos pensam de Deus, da alma, do corpo e do resto, de acordo com a falsidade nefasta da sua heresia; mas o que eles pensam do direito de proferir mentiras para esconder a verdade não passa para nós e para eles (Deus nos guarde) de um dogma ordinário (CM, 6).

Agostinho prossegue, dizendo que é equivocado querer cometer um erro para supostamente consertar outro, ou proferir uma mentira para evitar algum mal maior, “dizer com a boca, o que não se crê no coração” (CM, 13). Isto se aplica até mesmo às metáforas, quando essas são exageradas ou enganosas (CM, 24).

Quanto à questão do roubo para alimentar o pobre, Agostinho aplica a lógica platônica, segundo a qual, cometer um mal é pior do que sofrê-lo. Agostinho afirma ainda que “o que é contra a verdade não pode ser justo” (CM, 31). E cita diversos exemplos da Bíblia que mostram que a mentira, ou não era mentira mesmo (caso de Abraão), ou não era um exemplo a ser seguido. No caso de Raab, a mulher que escondeu os espiões judeus. Ela ainda não havia se convertido ao judaísmo e, portanto, não tinha a obrigação de seguir as leis judaicas.

Em todos os casos, quer se trate de uma mentirinha ou de uma grande armação, o fato é que todos os seres humanos, sem exceção, mentem (CM, 40) e, portanto, carecem da graça divina, para evitar a mentira e aderir à verdade. Assim, a grande conclusão a que Agostinho chega é que: “na religião divina, jamais será correto proferir uma mentira, não importa, quando” (CM, 41).

Em suma, Agostinho não apenas apresenta uma classificação dos níveis de mentira existentes, mas até explicita as razões por que cada uma delas deve ser evitada:

Portanto, não se deve mentir quanto à doutrina da piedade: esta é uma perversidade atroz, que corresponde ao mais alto grau de mentira detestável. Não deve existir mentira do segundo tipo; pois nenhum homem deve ser prejudicado. Não deve ocorrer mentira do terceiro tipo; pois não devemos considerar qualquer bem de um homem em detrimento e injúria de outro. Não deve haver mentira do quarto tipo, isto é, pelo prazer de mentir, o que é em si mesmo vicioso. Não deve haver mentira do quinto tipo, pois, nem mesmo a própria verdade deve ser proclamada com o objetivo de agradar a homens, quanto menos uma mentira, que por si mesma, como mentira, é coisa grosseira. Não deve haver mentira do sexto tipo, pois não é certo corromper mesmo a verdade do testemunho para a conveniência e segurança temporal de quem quer que seja. Mas ninguém deve ser conduzido com ajuda de uma mentira para a salvação eterna... Também não deve haver mentira do sétimo tipo; pois não é adequado que a comodidade de qualquer homem seja preferida ao aperfeiçoamento da fé... Nem tão pouco deve haver mentira do oitavo tipo, pois tanto a castidade da mente, quanto a maior pudicidade do corpo, encontram-se entre as coisas boas; e entre as ruins, encontram-se aquelas que nós cometemos por nós mesmos, e não as que nós sofremos (SM, 42).

Ou então, em outras palavras, “Permanece, assim, que nenhum homem bom deve mentir” (SM, 11). Assim, em CM, Agostinho pode ter pretendido corrigir alguma coisa em SM, mas só o que conseguiu foi reiterar e aprofundar tudo o que já havia dito anteriormente: Se não é verdade, o quê mais pode ser, a não ser, uma grande lorota?

Referências:

- AGOSTINHO, *A Cidade de Deus*, 4^a ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 1990, 1999. (Vols I e II, respectivamente).
- _____, *A Cidade de Deus*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993.
- _____, *De Mendacio*, acesso em 12.09.2003.
- _____, *Contra Mendacium*, acesso em 12.09.2003.
- CHABANNES, Jacques, *St. Augustine*, New York: Doubleday & Company, 1962.
- FITZGERALD, Allan D, *Augustine Throught The Ages : An Encyclopedia*, Grand Rapids : William B. Eerdmans Publishing , 1999.
- GOUVÊA, Ricardo Quadros, “Kierkegaard lendo Agostinho”, *Fides Reformata*, 4/2 (1999).
- SOUSA, Francisco António de. *Novo Dicionário Latino-Português*. Porto: Lello, 1984.